

LÚCIFER – A EVOLUÇÃO DE UM SIMBOLISMO DO MAL

Renatus Porath

1. A experiência cria sua linguagem

A experiência com o poder avassalador do mal, que ameaça a liberdade e destrói o que encontra pela frente, cria seus símbolos e os transpõe para uma linguagem inteligível para seus respectivos contextos. É interessante observar que, ao longo da história de fé, manifesta no AT e NT, as diferentes comunidades foram desafiadas, sempre de novo, no seu tempo e espaço, a verbalizar o que representou essa presença amedrontadora e onde vislumbraram alguma forma de escapar dela para não serem levadas à extinção total. Nesta longa história de fé, em seus estágios mais tardios da comunidade judaica de fala grega e da comunidade cristã, insere-se o desenvolvimento de um simbolismo do mal caracterizado, a partir dos pais da Igreja, por Lúcifer. Este verbete foi introduzido pela Vulgata, versão latina da Bíblia providenciada por Jerônimo no século IV, para traduzir a expressão hebraica que no português corresponde à “estrela da manhã” (Almeida), “astro brilhante” (Bíblia de Jerusalém) em Is 14,12 ou “aurora” no Sl 110,3 e “manhã” em Jó 11,17.

Em determinados períodos da história de fé, a presença do mal recebia contornos muito claros, podendo ser identificada com uma grandeza histórica, com um povo específico com ambições imperialistas: egípcios, assírios, babilônios, persas ou helenistas e romanos. A fé israelita não enxergava esses povos com suas pretensões expansionistas como grandezas independentes de seu Deus YHWH. Desde os primórdios da formação deste povo, Israel lembra em culto o agir de seu Deus que consistia na sua intervenção salvadora em cenários históricos marcados pela extrema ameaça. Esta experiência de salvação diante de um poder ameaçador, vista com os olhos da fé, torna-se narrativa a ser recontada ou poesia a ser cantada e transmitida de geração em geração (cf. Jz 4 e 5; Sl 78,1-3).

São os profetas que apontam para um Deus que também pode vir na contramão da história; seu compromisso salvador com seu povo não é incondicional, sua função não é salvar sempre, muito menos quando uma geração inteira o confina no espaço sagrado, deixando a corte, a política, a administração da justiça e do mercado longe de qualquer interferência do seu Deus e de sua vontade, criando bolsões de pobreza, focos de injustiças que atingem os mais fracos. O poder do mal está nas mãos dos grupos dirigentes de seu próprio povo e do seu povo como um todo. O mesmo Deus, festejado como salvador desde os primórdios, agora virá com seu poder destruidor, podendo valer-se também de inimigos de Israel, temidos por causa de seu poder insaciável, para punir os que até então se sabiam protegidos por seu Deus (Am 3,9-11; Jr 1,13-16). Tanto no seu agir salvador quanto na sua intervenção punidora, os profetas vêem a sobera-

nia de Deus salvaguardada. Tanto é que, quando uma Assíria ousa ser mais do que instrumento nas mãos de YHWH, são-lhe colocados limites muito claros por causa da arrogância e da altivez demonstradas por seu rei (Is 10,5-14).

Não há poder autônomo nas grandes estruturas do mundo dos povos que pudesse se afirmar com seus planos interesseiros e devastadores. Este é o legado da literatura profética.

Poderá ser mantida essa confissão de fé, após intermináveis períodos de presença estrangeira, quando o agir salvador em prol de sua comunidade histórica tarda em se manifestar? No mínimo, esta confissão precisa ser atualizada para a nova situação, precisa de uma nova linguagem para fazer sentido para uma comunidade que não vê sinais do seu Deus solidário e soberano em seu meio. Como lidar com um poder que extrapola todos os limites, que parece ocupar todos os espaços e oprimir tudo e todos que encontra pela frente?

A resposta que mais convém aos detentores do poder de todos os tempos e lugares e de seus representantes eficientes é a resignação total dos subjugados, fazendo com que o povo da terra invadida entregue tudo que é exigido: tributos, soberania, autonomia e identidade cultural e religiosa. A submissão, no entanto, é o último recurso depois de esgotadas todas as formas de resistência. Mesmo quando aparentemente um povo parecer ter-se curvado incondicionalmente ao poder avassalador, debaixo das cinzas, o braseiro de sua inconformidade não se deixa extinguir por completo.

O povo do Antigo Testamento viveu grande parte de sua história na condição de gente forçada a sacrificar diante do altar do poder imperialista muitos dos direitos de povo livre e soberano, mas, por outro lado, também foi uma comunidade provocada a elaborar novos horizontes para sua vida e fé abaladas e assim oxigenar a chama da esperança ameaçada.

2. O mito para desnudar a tirania

Antes de tornar-se um símbolo para o poder do mal absoluto, radical e que transcende o plano histórico, o conceito Lúcifer percorreu uma longa história que foi sendo enriquecida com novas dimensões e novos significados.

Lúcifer, o portador de luz, corresponde à versão latina do grego *fôsfóros* e que, por sua vez, remonta ao inexpressivo termo hebraico *Helel* ou *Helal*, “o astro brilhante, filho da aurora”, de Is 14,12-15. Um poeta de inspiração profética recorre à linguagem mítica não para fazer especulações sobre o mundo dos deuses ou para descrever intrigas entre anjos e demônios que povoam a esfera divina, mas para vir em socorro de sua comunidade debilitada em sua fé no domínio universal de seu Deus (Is 14,1-4a). Diante da monstruosidade do poder daquele que se intitula “vencedor de povos” (v. 12b), a comunidade se perguntava: Será que nosso Deus não perdeu o leme do barco da história e que o novo timoneiro já não tomou assento, este com endereço e centro de poder definidos?

O recurso à linguagem mítica ajuda a manter viva a certeza de que céus e terra se correspondem. Nada acontece no cenário histórico que não fosse resultado de decisão

tomada anteriormente nos céus. A literatura profética sustenta essa certeza com sua noção de palavra. A palavra já encerra antecipadamente toda a vontade de Deus a ser executada; é só uma questão de tempo para que ela se torne história. A comunidade, destinatária desta palavra já pode, por antecipação, participar deste agir iminente de seu Deus, expandindo de novo o fôlego para continuar resistindo.

Esta palavra reveste-se da roupagem mítica em Is 14,12-15, onde forma a estrofe do poema, v. 4b-21, uma peça literária de reconhecido valor não só no AT mas também na literatura universal. O autor do poema vale-se do gênero lamentação para cantar com ironia e sátira a queda do tirano¹. Será a certeza da desgraça anunciada (Is 13), e que atingirá o tirano, que o faz realizar o funeral virtual? Em todos os casos, seu poder já foi esvaziado e sua queda, à luz da palavra pronunciada, não poderá mais ser evitada; já inspirou o protesto em forma de um texto cheio de ironia, sátira e denúncia de seus desmandos imperialistas. As alusões míticas qualificam-no como um poder ainda histórico, mas que encarna o mal a ponto de endear-se em sua arrogância e plenipotência. Nada melhor do que emprestar um mito da circunvizinhança para visualizar o absurdo da jactância daquele que encarna o mal que está por detrás dos tentáculos do poder imperialista insaciável. O “vencedor dos povos” é ao mesmo tempo o “astro brilhante” do palco celestial. Como se não bastasse sua luta incessante pelo estabelecimento do seu enorme reino na terra, sua luta pelo poder absoluto para agora presidir, feito Deus, a assembléia divina revela toda sua ambição demoníaca! A realidade insustentável é transposta para o plano mítico para assim desmascará-la como um poder ideológico e essencialmente idolátrico, mas longe de ser imutável.

Não é mais possível reconstruir o mito original, talvez de origem cananéia, que a comunidade israelita e judaica adaptou para seus propósitos. Em todos os casos, a literatura de Ugarit também fala do monte Zafon (norte), localizado a 30 km ao norte do sítio de Ras Shamra, onde o deus-rei *Ba'al*, e não o Altíssimo (cf. v. 13), presidia a assembléia dos demais deuses². Algumas poucas vezes é mencionada uma divindade de nome “*hll*”, sem especificar suas atribuições, da qual poderia ter-se originado o *Helel* de Is 14. A segunda identificação “filho de *Shahar* (= aurora)” talvez nos leve mais adiante. O panteão ugarítico conhece os deuses *Shahar* e *Shalim*, filhos das duas esposas de El, e que são representados pela estrela-d’alva e pela estrela da tarde. Provavelmente retratem o fenômeno natural da estrela que perde seu brilho e desvanece ante os raios do sol nascente. Não se sabe, no entanto, de uma divindade de nome Helel no panteão cananeu que ousou tomar o céu de assalto para usurpar o trono daquele que presidia a corte celestial e que fracassou neste seu intento, recebendo como punição sua exclusão do rol dos cortesãos e seu arremesso para o Xeol, o reino dos mortos³.

O específico desta linguagem mítica são suas representações astrais, o que provavelmente desencadeou toda a história subsequente que fala de estrelas, anjos e demônios. As divindades são descritas com figura e características humanas, mas têm

1. CROATTO, J. Severino. Uma liturgia fúnebre pela queda do tirano. In: *RIBLA* 2 (1988/2): 48-56.

2. KAISER, Otto. *Der Prophet Jesaja: Kap. 13-39*. Gotinga: Vandenhoeck & Ruprecht, 1983, ATD 18, p. 34s.

3. RINGGREN, Helmer. *Die Religionen des Alten Orients*. Gotinga: Vandenhoeck & Ruprecht, 1979.

uma relação com os corpos celestiais, como planetas, estrelas e constelações inteiras. Desde os sumérios, antes do 3º Milênio a.C., algumas estrelas são símbolos de deuses. Inana na Suméria é representada pelo planeta Vênus, uma função que a deusa Ishtar (algumas vezes é uma divindade masculina!) desempenha entre os babilônios e assírios para garantir desempenho bélico de manhã (estrela-d'alva) e, ao anoitecer, amor e fertilidade a pessoas e vegetação. Na descida da deusa, simbolizada por uma estrela com 8 pontas, ao mundo dos mortos, pára a procriação e cessa a produção agrícola. Mesmo que textos que falam de Ishtar e de sua descida ao mundo dos mortos não tenham influenciado diretamente o mito de Helel, ao qual Is 14 alude, percebe-se uma cultura comum que permitiu a construção deste imaginário religioso.

É provável que originalmente o “astro brilhante” de Is 14 não se contentasse com sua queda para o *Xeol*, mas qual estrela da noite voltava, após o pôr-do-sol, com todo o vigor para afirmar seu domínio. Na sua recepção na fé israelita, o material mítico passou por sensíveis adaptações para tornar-se palavra profética no poema do poeta. O governante deificado, que ultrapassou todos os limites na sua busca por poder, não poderá esperar outro destino a não ser o reino dos mortos. Quem outro poderia pôr em xeque o reinado do deus da potência imperialista senão o rei YHWH. A olho nu, a pujança do império era a confirmação de que seu deus já tomara assento de rei para presidir a assembléia e, conseqüentemente, dominar o universo todo. O “astro brilhante” não usurpara o poder de ninguém, porque ele representava no plano celestial a potência dona do mundo. Por que haveria de contentar-se com uma posição hierárquica inferior? A fé israelita faz uma severa crítica a esta ideologia de poder reinante em todo o antigo Oriente. Deus não é idêntico com o poder hegemônico, muito menos com o de alguém que arrasta povos inteiros atrás de si, praticando violência e injustiça em relação aos mais fracos a bel-prazer.

No fórum celestial a sentença sobre aquele que ousou usurpar o trono do Altíssimo já foi proferida e a pena executada com sua queda para o mundo dos mortos. Agora só resta aguardar que também no plano terreno e histórico o golpe final seja desferido e os povos voltem a respirar aliviados. Enquanto isso, viva-se da certeza de que a palavra se tornará história e que ninguém mais precisará curvar-se diante de um tirano com seu poder esvaziado. Como ficará a situação quando se experimenta Deus cada vez mais distante da realidade de sofrimento de sua comunidade? Céus e terra parecem não se corresponder mais; estão num flagrante descompasso. Decisões dos céus aparentemente não são levadas a efeito.

3. Uma experiência de fragmentação

Deus está em retirada, deixando para trás um vazio insuportável. Como evitar que os laços não se rompam por completo deixando para trás um fosso intransponível entre céu e terra, entre Deus e um mundo gemendo de dor, esperando a cura que não vem?

Israel gozava do *status* especial, garantido por YHWH, de que ele cuidaria diretamente de seu povo, dispensando quaisquer intermediários angelicais (Dt 32,9; cf. 7,6). Em tempos de adoração a Ele como único Deus, como ficará a situação dos de-

mais povos? Se em tempos antigos ainda se concebia que cada povo tivesse o seu deus que o representasse na assembléia divina, agora novos intermediários deveriam defender os interesses de seus respectivos povos junto ao único deus YHWH. Anjos vigilantes prestariam este serviço em nome de Deus para seu respectivo povo.

No Cântico de Moisés, já os massoretas parecem ter-se debatido com essa concepção em Dt 32,8-9, não admitindo que cada povo tenha seu respectivo representante celestial. Corrige-se, então, *benê 'el* ou *'elohim* por *benê Ysra 'el*. Já a Septuaginta, a versão da comunidade judaica tardia de fala grega, sem maiores escrúpulos com essa cosmovisão, traduz a expressão por “anjos de Deus”.

Verdade é que um escrito profético tardio como Zacarias introduz a figura do anjo de YHWH que faz a mediação entre Deus e o profeta (Zc 3,1-2). Nas narrativas de teofanias mais antigas, Deus e seu anjo ainda podiam alternar-se na fala com seus interlocutores humanos, sem que o mediador angelical se tornasse indispensável (Gn 21,17-19; Ex 3,1s).

Na medida em que Deus é transcendentalizado na comunidade judaica tardia, intermediários tornam-se necessários para preencher o vazio, para unir a esfera celestial e a humana e cósmica⁴. Especialmente a literatura apócrifa reserva um amplo espaço para a manifestação e atuação de anjos e demônios. Isto não significa que não pudessem coexistir grupos que insistiam na mediação de anjos para ter acesso a Deus e outros que se comunicavam diretamente com Deus. O livro de Daniel menciona o arcanjo Miguel como o intermediário de Israel (Dn 12,1), enquanto que o escrito apócrifo Jubileus sabe do governo direto de Deus sobre seu povo (15,30-32).

Uma realidade complexa e contraditória e a presença quase que contínua das forças de ocupação do império, desde os persas até os helenistas ou romanos, fizeram com que uma visão pessimista em relação à história humana se instalasse no seio do judaísmo tardio, a ponto de comprometer a elaboração de uma utopia intra-histórica e favorecer o desenvolvimento de uma explicação dualista da realidade.

Díez Macho⁵ distingue quatro níveis na visão dualista presente na literatura apócrifa:

- a) o ético que distingue entre bons e maus, um Israel fiel e gentios ímpios (Jubileus 24; 28s), os que se salvam e os que se perdem, inclinações boas e más numa mesma pessoa;
- b) o dualismo escatológico diferencia entre o mundo presente dominado pelo mal, marcado especialmente por humilhações e sofrimentos para o povo de Israel e o futuro, o que há de inaugurar, após o juízo, o reinado de Deus, o fim de todas as contradições do mundo presente;

4. DIEZ MACHO, Alejandro. *Introducción general a los apócrifos del AT*. Madrid: Cristiandad, 1984, p. 330.

5. *Ibidem*, p. 345s.

- c) o dualismo espacial, que distingue o mundo celestial onde estão Deus e os anjos do mundo cá embaixo de todos os seres vivos, o mundo presente onde a comunidade dos fiéis precisa resistir a toda sorte de provações e tentações;
- d) o dualismo antropológico, conhecido pela diferenciação rígida entre corpo e alma (1 Enoque 71,1s).

Se a realidade aqui embaixo é complexa, a celestial não o é menos, mas o mundo lá de cima, do “Senhor dos espíritos” (1 Enoque 37-71), ajuda a entender o porquê deste mundo cheio de perversões e contradições. Poder viajar para lá e tornar-se participante dos segredos celestiais, como Enoque o fez em seus sonhos, é um dos recursos literários do livro que leva seu nome (1 Enoque 17-36).

Neste contexto religioso, em que a experiência com o poder maligno não se esgota na potência mundial com suas ações humilhantes e suas práticas de injustiças sobre povos subjugados, mas se manifesta também nos mais diferentes níveis das relações grupais e pessoais, uma explicação monocausal não satisfaz mais. Não basta só anunciar que o tirano endeusado, usurpador do trono de Deus (Is 14), causador de tantos males, caiu do céu e jaz no mundo dos mortos. Há outras potências malignas que exercem influência destruidora sobre a família humana. Não foi só o representante da potência mundial na corte divina que se envolveu numa rebelião sem precedentes, provocando o desmonte daquele estado explorador e a conseqüente libertação de todos os subjugados (cf. Is 14,1-4).

Agora a rebelião no mundo celestial envolveu um chefe da hierarquia angelical e seus subalternos. Só assim se explica o tamanho do rombo destruidor nas relações humanas deterioradas aqui embaixo. No 2 Enoque 7,5 fala-se que os rebelados no 5º céu chegavam a 200 miríades de anjos, comandados por Satanael. Sempre com Satã, o acusador, na liderança na maioria das referências apócrifas, o nome dos chefes dos rebelados pode variar: Beliar, Mastema, Semyaza, Azazel e outros.

A realidade do mal, conforme a literatura do período intertestamentário, além de ser explicada a partir do coração maligno do primeiro ser humano (4Esd) ou a partir da inclinação para o mal do coração humano (Gn 6,5; 8,21), é maior do que o coração humano; o mal se deve “a outros poderes sobre-humanos distintos do homem e de Deus”⁶. Esses poderes são identificados com os anjos “caídos” causadores de todos os males na terra.

Recorre-se à narrativa de Gn 6,1-4, do casamento misto entre os filhos de Deus e as filhas dos humanos, para interpretá-la como o evento desencadeador de toda a desgraça. Novamente há variantes da mesma história. Os misteriosos *nefilim*, traduzidos por Almeida como “gigantes” (v. 4), palavra que no hebraico poderia ter suas consoantes hebraicas vocalizadas como particípio do verbo *nafal* = “os que caem” ou “caídos”, inspiraram a história dos anjos caídos no judaísmo tardio. Os apócrifos responsabilizam Semyaza e Azazel, com seus 200 seguidores angelicais, pelo pecado com as filhas dos humanos (1 Enoque 6,1-6). Outra versão mais recente conta que originalmente os

6. *Ibidem*, p. 340.

anjos desceram do céu com a boa missão de “ensinar o gênero humano a fazer leis e justiça sobre a terra” (Jub 4,15); só mais tarde teriam incorrido no erro de se unir às filhas dos humanos, ou até teriam cedido ao poder sedutor feminino.

Uma tradição paralela relaciona a queda dos anjos com a criação do primeiro casal, Adão e Eva. Esta conexão é feita na narrativa, datada após 70 d.C., da versão latina do escrito *Vida de Adão e Eva*, uma leitura cristã que amplia um escrito grego anterior com o mesmo título. É interessante resumi-la brevemente, por tratar-se de uma interpretação singular de Gênesis 3 fazendo uma alusão, ao que parece, a Is 14,12-15. A cena acontece após a morte; Adão quer saber de Satã por que o perseguia. Ao que este lhe responde que fora expulso do céu por causa de Adão. O arcanjo Miguel exigira de Satã e dos anjos subalternos a adoração à imagem de Deus presente em Adão e Eva, o que lhe negaram. A narrativa continua: “Miguel insistiu: Adora a imagen de Deus. Respondi: Se se irrita comigo, porei meu trono acima dos astros do céu e serei semelhante ao Altíssimo. O Senhor Deus se indignou contra mim e ordenou que me expulsassem do céu junto com minha glória e meus anjos... Por isso comecei a invejar-te, e não suportava que te exaltassem dessa forma. Assediei a tua mulher, e por meio dela consegui que te privassem de todos os teus agrados e alegrias, assim como eu fora privado deles outrora”⁷.

A criatividade parece não ter limites para explicar a experiência com um poder do mal que arrasta pessoas e grupos, que se vale de estruturas na sociedade para atingir fins perversos. A linguagem dos apócrifos quer dar conta desta realidade resignificando-a a partir de temas e tradições do AT e dando asas à imaginação, às vezes de uma forma um tanto extravagante, a ponto de nos causar estranheza. A estreita ligação da invasão do mal no mundo com a sexualidade feminina ganhou muito espaço no mundo dos apócrifos, a ponto de influenciar negativamente, ainda por séculos afora na era cristã, o discurso sobre a relação dos gêneros e a compreensão da sexualidade humana e tornou a fala sobre experiência de alienação de Deus por demais centrada na perversão sexual. A distância ou quase ausência de Deus da realidade de sofrimento e injustiças no mundo levou grupos apocalípticos a suprir este vazio com hierarquias de anjos vigilantes e demônios causadores de tanta desgraça. Onde ficaram as vozes dos que sabiam de sinais da presença do Deus do amor e da misericórdia, testemunhado na história de fé de seu povo, e que não se deixará empurrar para fora da história?

4. A radicalidade do poder do mal

Nossos antepassados na fé, tanto na comunidade judaica quanto na cristã, não devem ter estranhado menos do que nós esta liberdade de expressão desses grupos apocalípticos para descrever a realidade do mal e o caminho para a esperança diante de um poder torturante em todos os níveis. Por que tão pouco deste material, com temas apocalípticos em profusão, entrou no rol dos escritos autoritativos do AT e do NT? Com certeza, tem algo a ver com a compreensão do senhorio de seu Deus e de como

7. Vida de Adão e Eva (versão latina), tradução de FERNÁNDEZ MARCOS, N. In: DIEZ MACHO, Alejandro (org.), *Apócrifos del Antiguo Testamento*. Madrid: Cristiandad, 1983, tomo II, p. 341.

este se manifesta na realidade histórica. Uma comunidade que crê num Deus distante e que só num futuro, mesmo que próximo, manifestará seu reino, encontrará poucos sinais de sua presença em meio a este mundo que está com seus dias contados, maduro para o juízo final.

É importante dar-se conta de que a Bíblia Hebraica encerra seu cânone com os escritos que sabem da presença de seu Deus e que ajudam a comunidade a dar sentido a sua vida diante d'Ele. Um destes livros é o de Salmos, que convida para o louvor pela ação salvadora, mas igualmente abre os olhos para enxergar a realidade pessoal, comunitária e social em toda a sua fragilidade e contradição, autorizando-nos a articular o lamento e a gritar por socorro. Mesmo que a comunidade cristã encerre seu cânone grego do AT com os livros proféticos, apontando para o futuro reino a ser inaugurado, o testemunho evangélico mantém a tensão entre o *já* da intervenção salvífica neste mundo, obra do amor criador de Deus, e o *ainda não* da realidade, onde choro e lágrimas estarão superados.

Ao descrever a realidade do mal que arrasta atrás de si uma humanidade inteira, o NT parece privilegiar mais a linguagem que nasce da antropologia do AT do que a visão dualista do mundo dos grupos apocalípticos com sua farta literatura apócrifa. A teologia paulina, por exemplo, constrói sua antropologia a partir da visão pessimista nascida da proclamação profética em meio a um Israel/Judá incapaz de praticar o bem (Jr 13,23; cf. Am 3,10). No período tardio da comunidade de fé do AT, esta visão particular é universalizada e transformada numa concepção de validade geral do gênero humano. A inclinação do coração humano é má desde o seu nascimento (Gn 6,5; 8,21). É deste centro das faculdades e da personalidade do ser humano que parte a maior ameaça para o convívio pessoal e social em todos os níveis.

O anúncio evangélico, como ele é articulado especialmente nas comunidades primitivas, influenciadas pela teologia paulina e joanina, se dirige a um público consciente da contradição inerente à condição humana: “Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem nenhum: pois o querer o bem está em mim; não, porém, o efetua-lo” (Rm 7,18; cf. Mc 7,15). Este poder que escraviza e aliena a realidade humana em todos os níveis, que na linguagem paulina é denominado de “*hamartia*/pecado”, precisa ser ferido mortalmente para que perca seu domínio sobre a criação inteira e especialmente sobre a humanidade que sofre sob o seu jugo. Quem crê em Jesus Cristo e em seu nome foi batizado, participa dos efeitos libertadores por ele proporcionados através de sua vida, morte e ressurreição (Rm 6). O poder da maldade com seus efeitos mortíferos fica assim neutralizado, permitindo que a comunidade de fé viva sob um novo domínio, agora sob o reino de Deus da gratuidade e da aceitação incondicional em meio a este mundo cheio de contradições. “Considerar-se morto para” este poder alienador do pecado (Rm 6,11) é a possibilidade singular que a comunidade cristã abraça sempre de novo para viver ousadamente a nova condição de criaturas libertas a serviço do amor de seu Deus neste mundo com os estigmas da maldade e da morte.

O NT parece privilegiar esta descrição radical do poder do mal e de como seus efeitos podem ser estagnados. Esta visão sabe que não se pode delimitar a esfera de

ação do poder do mal, como se pudéssemos fechar as portas impedindo sua invasão à privacidade do nosso próprio ser ou de nosso grupo. Até nossos projetos mais nobres, de lutas necessárias contra manifestações perversas num sistema que “cria barracos e palácios”, podem ficar comprometidos por causa do poder do mal que não parou diante da nossa porta, contaminando nossas melhores iniciativas.

Apesar de esta descrição ocupar boa parte do espaço do NT, ela não é a única. Parece que a linguagem apocalíptica ganha força quando a comunidade cristã se vê pequena diante das estruturas opressoras que a ameaçam até com extinção juntamente com seu testemunho evangélico. A visão dualista volta a imperar, o pessimismo em relação a mudanças na sociedade, de onde vêm os poderes ameaçadores, faz com que os olhares temerosos se voltem para o alto, para o reino que deverá superar o mundo insuportável atual. Basta ver que os símbolos para o poder do mal, os mesmos que encontramos na literatura apocalíptica de Daniel ou no mundo dos escritos apócrifos, são reavivados com todo seu colorido de então em escritos como a 2ª Pedro, Judas e Apocalipse. As comunidades destinatárias desta literatura são chamadas à perseverança diante das ameaças que vêm de fora em forma de heresias (cf. 2Pd 2,1-11; Jd 4) e de perseguições (Ap 12,7-18). Os infiéis na comunidade são confrontados com punições exemplares não só na história do antigo Israel, mas também com punições que ocorreram no mundo espiritual. Os anjos rebeldes e punidos com a prisão no inferno (Tártaro!) são lembrados para que as pessoas que se deixaram enganar pelas heresias acordem antes que punição semelhante as atinja (2Pd 2,4; cf. 1 Enoque 1,5; 109,13).

No entanto, é o livro do Apocalipse que retoma o imaginário da apocalíptica judaica de forma acrítica para dar conta de uma realidade irrecuperavelmente entregue ao poder do mal. Se existe alguma saída diante das ameaças, esta deve ser procurada no mundo celestial. O embate não se trava no horizonte histórico em primeiro lugar, entre a comunidade de fé atribulada e os oponentes na estrutura estatal que a persegue, mas a luta decisiva ocorre no plano superior (Ap 12,7-8). O dragão e seu séquito celestial foram derrotados pelo arcanjo Miguel em pleno céu e lançados à terra, onde por um tempo limitado provocarão horrores. A comunidade do visionário apocalíptico, no entanto, já compartilha da certeza de que o reino de Deus já está instaurado num céu livre de Satanás (Ap 12,10-12). Por pouco tempo a comunidade terá que perseverar em meio ao fogo cruzado na terra até ser transferida para o reino de Deus celestial. Esta descrição corre o sério risco de identificar unilateralmente o poder do mal fora de nós e de nosso grupo, fazendo com que a comunidade cristã renuncie à fidelidade que deve à terra. Essa visão dualista leva a comunidade de fé a considerar-se cidadã de outro mundo que não precisa mais confessar sua solidariedade na culpa e sua co-responsabilidade pelo poder do mal que se alastra ao seu redor e, sem o perceber, avança para dentro das fileiras dos “fiéis”. Subestima-se, assim, a radicalidade do poder alienador do mal que leva à solidão e frieza da morte e despreza-se o potencial da graça em Jesus Cristo que leva a viver para Deus, liberando energias para exercitar a radicalidade do amor que não exclui nem o inimigo, às vezes, apressadamente, identificado como encarnação do mal.

Concluindo, o artigo tentou situar o conceito Lúcifer na história de fé desde as origens no antigo Israel, passando pelo judaísmo tardio para chegar até os grupos apocalípticos na comunidade cristã primitiva.

Ao condensar a experiência com o poder avassalador do mal nesta expressão simbólica, nossos antepassados na fé externaram uma das formas de responder às ameaças, *ora* identificadas como provenientes de uma grandeza histórica que impunha um jugo impiedoso a um Israel fragilizado, *ora* atribuindo a origem dessa ação, que põe em risco uma geração inteira, a um poder trans-histórico, antagônico a Deus. Este modelo de analisar a realidade do mal no mundo pode alimentar uma visão dualista. O mal está do outro lado, fora de nós, os fiéis ante os infiéis. A este modelo de explicar a realidade foi contraposto aquele que, ao diagnosticar o mal à sua volta e nas outras pessoas, não deixa de fazer a autocrítica, percebendo a radicalidade do mal que não pára diante das portas que dão acesso à personalidade de quem faz a diagnose.

Renatus Porath
Rua Goethe, 122 – Jd. América
93032-170 São Leopoldo, RS
renatus@est.com.br